

Jornal da Tarde

9/7/1987

Leme, um ano

Foi um violento choque entre cortadores de cana e a polícia. Duas pessoas morreram e dez foram baleadas. O inquérito ainda se arrasta e não há culpados.

Dois mortos, dez pessoas baleadas e, um ano depois, nenhum culpado. Apesar das promessas de "apuração rigorosa" feitas pelo governo do Estado, este é o saldo do conflito de Leme, um violento choque entre mais de dois mil cortadores de cana em greve e cerca de 200 policiais militares. O inquérito, conduzido pela Delegacia Seccional de Polícia de Rio Claro, já atinge exatas 793 páginas, reunindo os depoimentos de 234 testemunhas que se envolveram no incidente. Até agora, no entanto, não há qualquer elemento que aponte os responsáveis pelos tiros que mataram o trabalhador rural Orlando Correa e a empregada doméstica Sibely Aparecida Manoel.

A única possibilidade de se estabelecer a autoria dos disparos, segundo o delegado que preside as investigações, Manoel Cardoso Neto, é através do laudo os exames de balística comparativa a que foram submetidas 130 armas usadas pelos policiais que participaram da operação de repressão aos piquetes, na madrugada de 11 de julho do ano passado. Se depender desses resultados, no entanto, as famílias as vítimas e demais interessados na solução do caso terão de guardar ainda muito tempo: o único aparelho que o Instituto de Criminalística de Campinas possui para esse tipo de exame está com defeito. Enviado para São Paulo, onde seria reparado, há sete meses, até hoje não foi devolvido.

Para protestar contra esse parente desinteresse das autoridades pela conclusão do inquérito, o PT e entidades ligadas à igreja e reforma agrária promoverão, no próximo sábado, às 16h30, um ato público no mesmo local onde aconteceu o conflito. Já confirmaram presença à manifestação os constituintes Luís Ignácio Lula da Silva e José Genoíno, os deputados estaduais José Dirceu, José Machado e Luiza Erundina, o candidato do PT derrotado nas últimas eleições para o governo de São Paulo, Eduardo Suplicy, e o presidente nacional da CUT, Jair Meneghelli.

Desinteresse

"Se houvesse interesse do Estado na solução desse caso, o governo teria designado um delegado e um escrivão somente para cuidar do inquérito." O comentário, feito por um veterano policial de Rio Claro, onde estão centralizadas as investigações, reflete a lentidão com que estão sendo apuradas as responsabilidades. E o delegado Manoel Cardoso Neto não alimenta esperanças de que alguém seja punido. "Concluir o inquérito está fácil. O difícil será estabelecer a autoria", diz.

Porém, o ritmo lento imprimido ao inquérito nesta fase contrasta com a rapidez que marcou a ação policial que se seguiu aos incidentes. Quatro horas após os choques no bairro operário Jardim Bonsucesso, o delegado seccional de Rio Claro, José Tejero — morto no final do ano passado, de câncer — mandou um telex para seus superiores, afirmando que os responsáveis pelo tumulto eram "elementos não identificados que ocupavam um veículo de cor azul, tipo Opala, da Assembléia Legislativa do Estado, e passaram a atirar a esmo contra a multidão". Essa versão propagou-se rapidamente, e serviu de base às declarações do ministro da Justiça, Paulo Brossard, e de outras autoridades do governo, que atribuíram ao PT e à CUT a responsabilidade direta pelo conflito. A argumentação oficial amparou-se nos depoimentos — falsos, segundo se constatou depois — de Orlando de Souza e José Henrique Cafasso,

motorista e passageiro de um ônibus da Usina Cresciunal, que teria sido "fechado" pelo Opala em que estavam o deputado José Genoíno e três militantes do PT.

Esperando indenização

Um ano depois da morte de Orlando Correia e Sibely Aparecida Manoel, suas famílias ainda aguardam a indenização prometida pelo governo do Estado. Suely Aparecida Naldo Correa, viúva de Orlando, lembra que "até a mulher do Franco Montoro (Dona Lucy Montoro, ex-primeira dama de São Paulo) me procurou e disse que eu ia ser indenizada, mas até agora não recebi nada". Os dois filhos do cortador de cana, Ronaldo Adriano, de quatro anos, e Luciana, de dois anos e meio, só não estão passando fome graças à prefeitura de Leme, que há quatro meses contratou Suely para cuidar do banheiro público existente na praça central da cidade.

"Isso foi a nossa salvação", diz a viúva, que recebe uma magra pensão do Funrural, que, em junho, não passou de 604 cruzados. Na prefeitura, ela ganha Cz\$ 3.500,00, quantia considerada "boa", mas que "não é suficiente, porque tudo está muito caro". Só de alimentos básicos, Suely afirma gastar mensalmente Cz\$ 2 mil, "sem contar pão e leite".

Inconformada com a demora da polícia em concluir o inquérito que apura a morte de Orlando, Suely acredita que "se fosse a gente que tivesse atirado, eles já teriam prendido os culpados". Essa opinião é compartilhada por Inês Pinheiro dos Santos, mãe de Sibely. Apanhadora de laranja numa fazenda em Descalvado, Inês lamenta a ausência da filha, que era, segundo ela, seu "braço direito". Com o dinheiro que ganhava como empregada doméstica, Sibely, que morreu antes de completar 17 anos, ajudava a mãe no sustento dos três irmãos mais novos.

Para Inês dos Santos, a chegada de policiais militares de outras cidades é que provocou o conflito que, resultou na morte de Sibely. "A greve tinha começado há mais de dez dias e nenhum PM atirou em ninguém", diz Inês, que cobra das autoridades a punição dos responsáveis pelo tiroteio. "Enquanto isso não acontecer, a gente fica sofrendo e o culpado fica solto, rindo", observa a mãe de Sibely, que também reclama a indenização que o governo prometeu.